

Novos comentários sobre a qualidade arquitectónica residencial

Infohabitar, Ano VI, n.º 316

Melhor Habitação com Melhor Arquitectura V: a Capacidade Arquitectónica Residencial

artigo de António Baptista Coelho

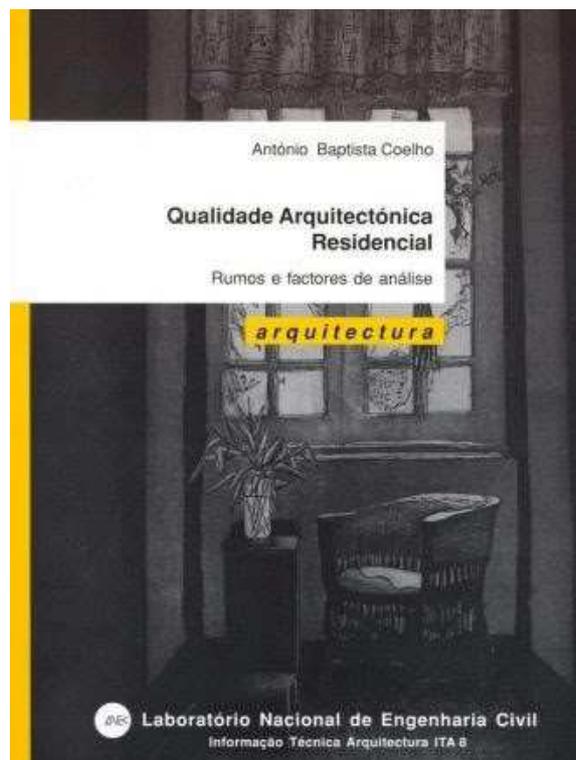


Fig. 01: capa da edição do LNEC "Qualidade Arquitectónica Residencial - Rumos e factores de análise" - ITA 8, da Livraria do LNEC, referindo-se, em seguida, o respectivo link para a Livraria do LNEC

http://livraria.lnec.pt/php/livro_ficha.php?cod_edicao=52319.php

Salienta-se ser possível aprofundar estas matérias num estudo editado pelo LNEC que contém um desenvolvimento sistemático dos rumos e factores gerais de análise da qualidade arquitectónica residencial, que se devem constituir em objectivos de programa e que correspondem à definição de características funcionais, ambientais, sociais e de aspecto geral a satisfazer para que se atinja um elevado nível de qualidade nos espaços exteriores e interiores do habitat humano.

Sublinha-se, no entanto, que a abordagem que se faz, em seguida, às matérias da espaciosidade, enquanto qualidade arquitectónica residencial, corresponde ao revisitado do tema, passados cerca de 15 anos do seu primeiro desenvolvimento, e numa perspectiva autónoma e diversificada relativamente a essa primeira abordagem.



Fig. 02

Apresentação: Capacidade Arquitectónica Residencial

A capacidade arquitectónica residencial refere-se ao desenvolvimento de adequadas capacitações nos espaços habitacionais e à previsão e promoção básica das ocupações mais desejáveis e das condições de uso e envolvimento mais adequadas e apropriáveis.

A capacidade arquitectónica residencial tem também a ver com a promoção de usos específicos e adequados ao habitar, bem como com a positiva e expressiva/evidenciada recepção de elementos de apoio a esses usos, designadamente, em termos de equipamento e de mobiliário.

Conjuntamente com a espaciosidade e a funcionalidade, a capacidade é responsável pela caracterização e adequação de espaços e ambientes do habitar, sendo que a capacidade tem a ver, essencialmente, com qualificação, específica, das diversas extensões do habitar com determinadas bases de uso e de apoio ao uso (por exemplo, arrumação), enquanto a espaciosidade, como se viu, se liga aos variados desenvolvimentos físicos dos espaços do habitar, e a funcionalidade, como se sabe e será desenvolvido mais à frente, garante o sentido orgânico das acções exercidas nesses espaços e das suas relações com outros elementos e níveis do habitar.

1. Introdução à capacidade arquitectónica residencial

A capacidade residencial pode ser encarada sob duas perspectivas, sendo uma mais genérica e ligada a aspectos de adequação conjugados com outros rumos qualitativos (ex. espaciosidade, funcionalidade e durabilidade) e outra mais específica associada à existência de condições estratégicas suplementares de apoio a uma adequada qualidade habitacional.

Teremos, portanto, uma capacidade que servirá, com algum pormenor, os outros múltiplos aspectos qualitativos da arquitectura residencial, proporcionando-lhes "espessura" em termos de vivência e de significado e uma outra capacidade, talvez mais específica, que: no exterior residencial, terá muito a ver com aspectos de versatilidade natural por previsão de um quadro de condições capaz de aceitar usos muito diversificados e muito intensos, que ultrapassem muito os que são correntes e esperados nas diversas categorias de elementos residenciais; e que no interior residencial estará muito ligada à capacidade de arrumação e de integração de mobiliário.

O principal valor da capacidade, em qualquer nível do habitat humano, é constituir uma reserva espacial concreta, que permita usos e ambientes adequados, mas que, mais do que isso, possa permitir uma natural evolução desses usos e ambientes, quer urbanos, quer domésticos, ao longo de um período temporal apreciável e sem necessidade de alterações ou adaptações significativas. Teremos assim uma capacidade que muito se combina com uma adaptabilidade passiva e muito natural, à qual se voltará no respectivo capítulo sobre esta última qualidade.

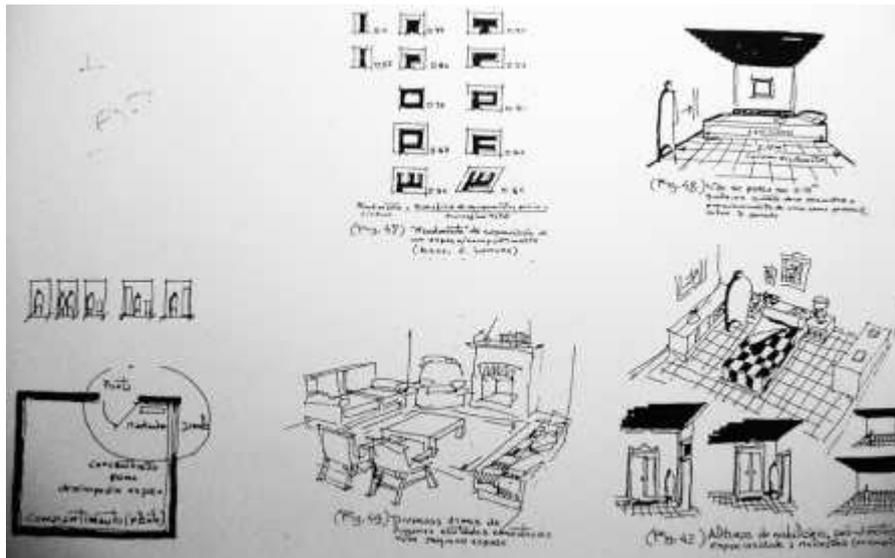


Fig. 03

2. Aspectos estruturadores da capacidade

Apontam-se, em seguida, sem grandes comentários, aqueles aspectos que se consideram como podendo ser estruturadores da capacidade arquitectónica residencial:

Aprofundar uma relação forte com a apropriação, designadamente em termos de capacidade de mobilar e de equipar o interior doméstico, matéria que se subdivide, designadamente, nos seguintes aspectos: relação entre previsões e capacidades reais; e caracterização da capacidade física do fogo - por rentabilização da ocupação por equipamentos fixos e por mobiliário.

Tentar aplicar este tipo de reflexão numa relação forte com a faceta qualitativa da apropriação, designadamente em termos de capacidade de mobilar e de equipar ao exterior residencial, reflectindo sobre que tipos de capacidades nos diversos tipos de ambientes de vizinhança e de cidade?

Desenvolver um usufruto maximizado, estruturado por limiares de ocupação coerentes e consensualizados: no exterior em termos de condições equilibradamente diversificadas e que sejam veículo de outros aspectos qualitativos como a convivialidade a privacidade e a agradabilidade; e no interior doméstico em termos de adequação da capacidade a diversos tipos de agregados familiares e de comportamentos domésticos, modos de vida, e tipos de

compartimentos.

Considerar uma relação entre usufruto e caracterização de aspectos de: tipo de “recheio” - discussão mais funcional/quantitativa ou mais humanizada/qualitativa; níveis e tipos de sobre-ocupação; e funcionalidades múltiplas.

Assegurar uma relação forte com a pormenorização dos espaços do habitar, privilegiando-o numa perspectiva claramente assumida tanto no exterior de vizinhança de proximidade, como no interior edificado e especificamente nos mundos de privacidade familiar e individual.

3. A capacidade: da habitação, à vizinhança e ao bairro

Tal como se referiu, a capacidade arquitectónica residencial pode ser encarada sob duas perspectivas, sendo uma mais geral e diversificada e outra mais específica da capacitação residencial exterior e interior.

De uma forma mais geral designa e qualifica o âmbito interior (dentro dos limites) ou a aptidão geral, espacial e ambiental, de qualquer elemento residencial.

Relativamente ao exterior residencial, e também aos edifícios multifamiliares, parece que a capacidade se relaciona, fortemente, com a acessibilidade e a funcionalidade de pessoas, veículos, serviços e instalações, assim como com a existência de condições excepcionais de durabilidade, que proporcionem, praticamente, a ausência de cuidados especiais de manutenção mesmo quando aconteçam usos muito intensos. Um espaço exterior urbano e residencial bem capacitado é um espaço/ambiente desenvolvido para suportar e motivar uma vida diária intensa e claramente distribuída entre interior e exterior, entre mundos de privacidade e de comunidade; e será mesmo um conjunto de espaços/ambientes cujas capacidades estimulem fortemente a sua respectiva vivência diária - e há múltiplas formas de tal condição ser cumprida.

Tratando-se de espaços interiores, a capacidade de uma habitação tem a ver com um conjunto de atributos físicos e ambientais que se referem, essencialmente, a condições de espaciosidade suplementar (em número e amplitude/desafogo de compartimentos), de durabilidade e de adaptabilidade, para além da essencial

faceta, já atrás sublinhada, da existência de um bom número de arrumações, armários fixos e roupeiros espaçosos, e de uma evidenciada capacidade de arrumação do mobiliário.

E o contrário, em termos de condições de evidente incapacidade urbana e residencial para suportar uma intensa vivência diária, também é infelizmente frequente, concretizando-se em espaços domésticos, residenciais e urbanos que, "quase logo" desde que ocupados, se revelam incapazes de suportarem os mais diversos usos, provocando insatisfação dos residentes e, muitas vezes, uma deterioração acelerada das suas condições funcionais, num círculo vicioso de mau uso e de más condições de uso.



Fig. 04

4. Estratégias de capacidade

A capacidade é, fundamentalmente, uma qualidade de segunda linha, que apoia directamente outras qualidades permitindo-lhes uma adequada influência no espaço urbano e no espaço edificado; constitui uma reserva funcional de apoio directo, assim como uma reserva para usos futuros (funcionalidade prospectiva), tanto nos espaços públicos como nos espaços domésticos.

No entanto é fundamental referir que ser uma qualidade de segunda linha não tem qualquer tipo de conotação negativa; tem a ver, sim, com o ser uma qualidade de apoio directo a outras de "primeira linha", numa perspectiva de

sentido estratégico global, podendo-se, mesmo, referir, que uma boa capacidade, em termos de arquitectura residencial, corresponde a uma excelente estratégia global direccionada para o habitar.

Dá vontade de comentar que uma tal estratégia pode até tender a substituir, um pouco, outros aspectos qualitativos com influência directa na satisfação dos moradores; e assim é quando um dado conjunto com reduzido interesse geral se evidencia, por exemplo, por oferecer uma excelente capacidade de estacionamento e/ou uma forte integração de verde urbano, e/ou uma evidenciada capacidade em termos de centralidade/acessibilidade - e foram apenas três exemplos entre os muitos possíveis. No entanto, a ideia que fica, ou que se pretende que fique, é que se tratará, sempre, de facetas muito específicas e direccionadas da qualidade arquitectónica residencial.

5. A capacidade arquitectónica residencial ao nível urbano: um mundo de relações que é, afinal, matéria de base da concepção

A capacidade arquitectónica residencial ao nível urbano refere-se a um pequeno mundo de relações que é, afinal, matéria de base da concepção.

O estruturar de um conjunto urbano e residencial pressupõe considera-se que ele fará parte de um bairro e de uma parte de cidade, e que, portanto, deverá suportar, positivamente, e dinamizar múltiplos aspectos de vivência e de funcionalidade urbana, constituindo-se numa nova parcela capaz de apoiar a vida diária de quem a habita directamente, mas também de cooperar na vida urbana mais global da zona que integra; e só assim o que de novo se faz ou refaz pode ser e será bem acolhido na cidade.

Talvez que o segredo desta cooperação seja um dos segredos vitais de uma cidade que vá sendo feita de acrescentos positivos, seja em termos de uma expansão bem fundamentada, seja em termos de uma adequado preenchimento e de uma continuada e cuidada reformulação em termos de capacidade e funcionalidade.



Fig. 05

6. A capacidade nos espaços públicos versus a espaciosidade nos espaços edificados

A capacidade tem uma importância apenas aparentemente secundária nos espaços urbanos, pela garantia de soluções realmente adequadas a determinados usos e ocupações.

Aspectos como capacidade de uso, ligados às matérias da sobre-ocupação e também da sub-ocupação têm grande importância ao nível urbano e especificamente no que se refere à definição pormenorizada das vizinhanças habitáveis e cidadinas.

De certa forma estes espaços urbanos vizinhos, que podem ser verdadeiros espaços de um habitar intenso e apropriado, devem ter uma conformação e estruturação de capacidade de uso bem "à medida" das pequenas populações que os podem/devem usar, não oferecendo capacidades de uso excessivas, nas quais nos "perdemos", nem capacidades insuficientes, que se traduzem, frequentemente, em situações de densidade desagradável e de excessiva presença dos vizinhos, sempre próximos e muito próximos.

E não tenhamos dúvidas que até no espaço público tem de haver capacidade de uso adequada a uma sua vivência mais privatizada e individualizada e que todas as formas de proximidade obrigatória, associadas frequentemente a espaços

comuns de circulação exíguos e/ou excessivamente encerrados, resulta em más relações de convívio e em ausência de apropriação individual e familiar.

a) A capacidade nos espaços públicos

A natureza da capacidade, ao nível urbano, joga-se, muito, numa correcta adequação, tanto espacial e genérica, de “encaixe” de uma determinada ocupação humana, e aqui cabem os aspectos fundamentais de equilibrada densificação urbana até aspectos, actualmente, não menos importantes de integração de componentes complementares mas básicas dessa densificação como são os casos da capacidade “líquida” de estacionamento e das múltiplas capacidades de integração de elementos fundamentais de composição urbanística, tanto estruturantes, como é o caso de um recinto desportivo, como de composição “mais fina” como é caso das caldeiras de árvores e das esplanadas em passeios; então tenhamos dúvidas de que a capacidade arquitectónica residencial se joga, fortemente, na respectiva e adequada pormenorização, numa perspectiva que tem de ser marcada por uma fundamental sobriedade e por uma clara fundamentação formal.

Ainda ao nível do espaço urbano e do respectivo detalhe a natureza da capacidade joga-se, também, numa correcta adequação, ao nível de uma pormenorização que vise determinados usos e mesmo o estímulo de determinados comportamentos, tratando-se neste caso de condições qualitativas dos materiais e elementos de constituição e composição usados.

b) A capacidade na vizinhança de proximidade e na relação desta com os edifícios

Uma boa capacidade nos espaços públicos de vizinhança refere-se, designadamente, a uma positiva previsão e integração do estacionamento, a um adequado apoio a diversas e adequadas actividades exteriores e, naturalmente, à concretização de um adequado ambiente residencial e urbano.

Salienta-se, ainda, que a capacidade arquitectónica residencial, nas suas diversificadas facetas - mais "funcionais" ou mais "ambientais" - é provavelmente uma das qualidades essenciais no que se refere à construção de uma vizinhança de proximidade que concretize as condições de um verdadeiro habitar mais público e exterior.

Uma vizinhança urbana e residencial e urbana que integre, muito positivamente,

um conjunto adequado de mobiliário urbano (por exemplo: bancos, luminárias, pavimentos, papeleiras e sinalética) é uma solução fortemente adequada em termos do seu potencial de satisfação.

E, naturalmente, as matérias associadas ao verde urbano devem estruturar as respectivas condições de escolha de espécies, implantação, protecção e vizinhança relativa e aos espaços de uso, sendo que o resultado tem de ser encarado em termos de resultado final, que tem de ser claramente viável, fácil de manter e estruturante em termos de imagens urbanas a atingir.

c) A capacidade nos espaços edificados

Ao nível do edifício a capacidade apenas ganha um estatuto mais claro e evidenciado em soluções de grandes condomínios onde é necessário que a escala e a pormenorização espacial traduzam a presença e as necessidades funcionais e ambientais diversificadas e intensas de um elevado número de utentes. Quando os edifícios são pequenos e reduzidos os números de habitações, quase podemos passar da escala da capacidade da respectiva vizinhança de proximidade, mais urbana, para a escala de capacitação da habitação privada.

No entanto em grandes condomínios e/ou em condomínios complexos - por exemplo aqueles dedicados a idosos e a pessoas com variados tipos de exigências especiais e/ou específicas - é muito importante a possibilidade da oferta de um leque de capacidades específicas, que podem abranger desde a simples arrumação em módulos específicos e exteriores à habitação a um variado tipo de apoios espaciais e operacionais a serviços e a actividades que também podem ser asseguradas ao nível doméstico (por exemplo, organização de festas e comemorações, centros de SPA, preparação de refeições, etc.).

d) A capacidade nas habitações

Tal como se tem apontado, ao nível doméstico a capacidade de arrumação, de integração de equipamento fixo e de disposição de mobiliário é fundamental, tanto por proporcionar as melhores condições para o adequado exercício de todas as funções habitacionais privativas, como porque essa capacidade múltipla e global de arrumação constitui um meio fundamental de apropriação pessoal e familiar do espaço doméstico.

Salienta-se mesmo que a globalidade dos aspectos associados à capacidade de arrumação, de integração de equipamento fixo e de disposição de mobiliário que, é considerada a mais efectiva faceta de apropriação potencial de uma dada

habitação, aspecto este que deveria merecer um devido realce em todos os processos de estruturação da concepção doméstica; e não o é, embora haja boas tendências no sentido da previsão da integração de mobiliário na promoção de habitação de interesse social.

Uma habitação bem mobilável e versatilmente mobilável é, realmente, veículo de adaptabilidade a diversos modos de vida, a variadas composições familiares e à evolução dessa composição; mas além disto tudo uma habitação versatilmente mobilável ´ também é veículo directo da expressão da identidade de cada família e de cada pessoa.



Fig. 06

7. Carácter e importância específica da capacidade

De um modo mais específico, a capacidade refere-se à adequação no desenvolvimento e na configuração dos espaços residenciais tendo em vista o seu melhor uso e o seu óptimo aproveitamento, essencialmente, em termos de aptidão para "encostar" e posicionar elementos de mobiliário e de equipamento

muito variados e numerosos. Estes são essencialmente domésticos, mas também devem existir nos espaços públicos e exteriores como é o caso do mobiliário urbano.

Para finalizar anota-se, ainda, que o "ter capacidade" também se refere ao desenvolvimento de "reservas de capacidade" que podem servir usos múltiplos (adaptabilidade ou multifuncionalidade); mas aqui tem de haver uma condição associada de espaciosidade que, basicamente, aceite essas hipóteses de usos diversos, prevenindo-os e mesmo "prevenindo-os" nas suas mais importantes implicações dimensionais e funcionais.

8. Notas de reflexão e para desenvolvimento sobre a capacidade arquitectónica residencial

Em termos de reflexão geral e de desenvolvimento sobre a capacidade arquitectónica residencial apuram-se, para já, os seguintes aspectos.

A capacidade é uma qualidade cuja objectividade exige prova continuada a partir de um aprofundamento de estudos, ela conjuga-se com aspectos tão importantes mas pouco palpáveis como a densificação - e aí articula-se com os rumos qualitativos da socialização e da identificação -, bem como com aspectos de espaciosidade, funcionalidade e durabilidade.

Na relação com a, tão actual, densificação urbana e em termos de capacitação citadina e residencial há muito que ponderar, mas a ideia é que uma boa capacidade nas suas variadas dimensões é factor de possibilidade de densificação urbana; uma capacidade que nestas áreas tem de se basear em variadas margens de uso e prevenções de durabilidade e de gestão.

E uma tal densificação tem também os seus reflexos domésticos numa adequada versatilidade de usos e de suporte específico a esses usos, mas também nos aspectos sempre prosaicos mas essenciais de uma adequada e excelente capacidade de arrumação doméstica, assegurada dentro da habitação ou em espaços privativos dela separados.

Há aspectos críticos a considerar de forma específica e que podem mesmo determinar "o partido" de uma dada solução urbana e residencial, e nestes aspectos salienta-se a frequente grande dificuldade de integração de

determinados elementos espaciais nos espaços públicos (ex. grandes estacionamentos, campos desportivos); e aqui há que tomar decisões estruturantes, condicionadas por uma exigência fundamental de continuidade e coesão urbanística, caso contrário não teremos partes de cidade com viabilidade, mas apenas conjuntos de variadas valências funcionais e, por exemplo, grandes estacionamentos onde também de mora.

Em termos dos desenvolvimentos considerados mais interessantes nestas matérias da espaciosidade arquitectónica urbana e residencial, salienta-se que as matérias da capacidade residencial, numa perspectiva arquitectónica, devem ser aprofundadas de forma integrada com outras valências qualitativas, entre as quais e apenas como exemplo, se referem uma capacidade significativa em termos de acessibilidade, ou no que se refere a convivialidade, ou no que se refere a apropriação ou ainda no que se refere a uma subtil mas afirmada integração urbana e/ou paisagística.

Infohabitar a Revista do Grupo Habitar
Editor: António Baptista Coelho
Edição de José Baptista Coelho
Lisboa, Encarnação - Olivais Norte
Infohabitar n.º 316, 18 de Outubro de 2010

Etiquetas: [antónio baptista coelho](#), [capacidade](#), [capacidade arquitectónica residencial](#), [capacidade residencial](#), [qualidade arquitectónica residencial](#), [qualidades arquitectónicas residenciais](#)